



Promotoria Regional do Meio Ambiente de Joaçaba

Curadoria Regional do Meio Ambiente
Inquérito Civil n. 06.2008.00001307-3
Investigado: Município de Pinheiro Preto
Assunto: Saneamento Básico no Município de Pinheiro Preto

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **Ministério Público do Estado de Santa Catarina**, representado, neste ato, pela Promotora de Justiça titular da Promotoria Regional do Meio Ambiente de Joaçaba, Márcia Denise Kandler Bittencourt, doravante designada **COMPROMITENTE**; e o Município de Pinheiro Preto, pessoa jurídica de direito público, representado neste ato pelo seu Prefeito, Sr. Pedro Rabuske, doravante designado **COMPROMISSÁRIO**;

CONSIDERANDO a legitimidade do Ministério Público para a defesa dos interesses metaindividuais prevista no art. 129, inciso III, da Constituição da República e art. 5º da Lei n. 7.347/85;

CONSIDERANDO a possibilidade de o Ministério Público tomar compromisso de ajustamento de conduta, com fundamento no § 6º do art. 5º da Lei n. 7.347/85;

CONSIDERANDO que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, *caput*, da Constituição da República);

CONSIDERANDO que, em 9 de setembro de 2004, foi instaurado Inquérito Civil, presidido pelo Procurador-Geral de Justiça, com o



Promotoria Regional do Meio Ambiente de Joaçaba

objetivo de apurar responsabilidades em face do baixo índice de saneamento básico nos municípios catarinenses e buscar, numa ação conjunta e solidária com os órgãos do poder público, do Ministério Público e da sociedade em geral, a melhoria desse quadro;

CONSIDERANDO o Termo de Cooperação Técnica, assinado em 17 de novembro de 2005, na Procuradoria-Geral de Justiça, cujo objeto visa a articulação entre os órgãos signatários e o estabelecimento de ações integradas que possibilitem, dentro de um horizonte factível, elevar a patamares plausíveis o atual índice de atendimento à população urbana do Estado de Santa Catarina com serviços adequados de esgoto;

CONSIDERANDO que, em razão dos estudos realizados, constatou-se que, dos 295 municípios existentes no Estado de Santa Catarina, apenas 22 deles (8%) são atendidos, ainda que parcialmente com serviços adequados de esgoto, índice este inclusive inferior à média nacional que é de 19%;

CONSIDERANDO que Santa Catarina detém atualmente, dentre os estados brasileiros, um dos piores índices de atendimento à população urbana com serviços adequados de esgoto sanitário, na faixa de apenas 12%, inferior à média nacional que é de 44%;

CONSIDERANDO que tal situação tem deixado desprovida dessa importante infraestrutura mais de 4 milhões de catarinenses que residem na área urbana e levam o Estado a um perfil de saneamento equivalente ao de países pobres;

CONSIDERANDO que, da população urbana total residente nos municípios catarinenses atendidos com serviços de esgoto sanitário, apenas 16% dessa, ou não mais de 400.000 pessoas, têm seus esgotos coletados e tratados adequadamente;

CONSIDERANDO os cerca de 4 milhões de catarinenses residentes na área urbana do Estado que não são atendidos por serviços de esgoto sanitário, chega-se ao número bastante significativo de 576 milhões de



Promotoria Regional do Meio Ambiente de Joaçaba

litros de esgoto que são despejados diariamente, de forma direta ou indireta, nos mananciais de água superficiais e subterrâneos ali existentes;

CONSIDERANDO que as doenças de veiculação hídrica provocam a cada ano um número elevado de internações hospitalares, as quais consomem anualmente do poder público recursos financeiros de grande monta nas ações de medicina curativa;

CONSIDERANDO que muitas doenças, tais como: Poliomielite, Hepatite A, Disenteria amebiana, diarreia por vírus, Febre tifóide, Febre paratífóide, Diarréias e Disenterias bacterianas como a cólera, Esquistossomose, entre outras, têm relação direta com a ausência de rede de esgoto sanitário;

CONSIDERANDO que estudos desenvolvidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) constataram que cada dólar investido em saneamento básico representa a redução de cerca de 4 a 5 dólares nos gastos com medicina curativa;

CONSIDERANDO que, embora a bacia hidrográfica deva ser considerada como unidade de planejamento, racionalizando as relações e ações dos diversos usuários e dos atores das áreas de saneamento, recursos hídricos e preservação ambiental, é essencial que cada município estruture-se na implantação da sua política municipal para, em um segundo momento, atingir-se o objetivo maior do planejamento regional por bacia hidrográfica;

CONSIDERANDO que a Lei Federal n. 11.445/2007, ao estabelecer diretrizes nacionais para o saneamento básico, prevê dentre as condições de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico "a existência de plano de saneamento básico", bem como "a existência de normas de regulação que prevejam os meios para o cumprimento das diretrizes desta Lei, incluindo a designação da entidade de regulação e de fiscalização" (art. 11, I e III);

CONSIDERANDO que a Lei Federal n. 11.445/2007 permite que, na prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico, as



Promotoria Regional do Meio Ambiente de Joaçaba

atividades de regularização e fiscalização possam ser exercidas "por consórcio público de direito público integrado pelos titulares de serviços" (art. 15, II);

CONSIDERANDO que o lançamento inadequado do esgoto no meio ambiente, seja por responsabilidade pública ou privada, implica no crime de poluição (art. 54, inc. VI, da Lei n. 9.605/98), podendo ser responsabilizados, por ação ou omissão, além de particulares, também os agentes públicos a uma pena de um a cinco anos de reclusão, podendo recair sobre estes, também, a responsabilidade por ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 11, inc. II, da Lei n. 8.429/92;

CONSIDERANDO que nos dias 11 e 12 de julho de 2007, a Federação Catarinense dos Municípios – FECAM, principal entidade representativa dos Municípios Catarinenses, realizou, na Assembleia Legislativa do Estado, o Seminário intitulado *O Município Frente ao Novo Marco Regulatório do Saneamento*, resultando do encontro a conclusão de que as principais atribuições dos municípios na nova Política Nacional de Saneamento Básico, regulamentada pela Lei n. 11.445/2007, são a instituição da Política e do Plano Municipal de Saneamento Básico, além da definição da agência reguladora do serviço;

CONSIDERANDO que o Ministério Público de Santa Catarina, desde o ano de 2007, elencou, dentre os objetivos estratégicos para a área do meio ambiente, dar continuidade às ações já desencadeadas por meio de cooperação técnica e operacional com os entes públicos e privados envolvidos, visando à eliminação dos focos de contaminação e poluição, e em especial, em relação ao problema do saneamento básico, ao Plano de Trabalho proposto, com as adequações necessárias, no intuito de atingir os objetivos delineados no Inquérito Civil n. 04/2004/PGJ e no presente Inquérito Civil n. 06.2008.00001307-3, especificamente direcionado à melhoria do serviço de esgotamento sanitário;

CONSIDERANDO que o potencial poluidor do esgotamento sanitário, quando disposto inadequadamente, atinge direitos difusos da



Promotoria Regional do Meio Ambiente de Joaçaba

população, constitucionalmente garantidos, afetos às atribuições institucionais do Ministério Público;

CONSIDERANDO, enfim, as funções institucionais do Ministério Público, dentre as quais se destaca a legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses relacionados à preservação do meio ambiente, podendo subscrever, para tanto, com os interessados, Termos de Compromisso de Ajustamento de Condutas;

CONSIDERANDO que, segundo apurado no Inquérito Civil n. 06.2008.00001307-3, o Município de Pinheiro Preto não possui Código Sanitário Municipal e, apesar de condicionar a expedição de "alvará de construção" à inclusão do sistema de tratamento e disposição final de esgotos da edificação para fins de análise e aprovação do projeto hidrossanitário e, a expedição de "Habite-se", ao projeto hidrossanitário aprovado e executado, o que é conferido mediante vistoria e cadastro no respectivo sistema de tratamento e disposição final de esgotos, estas duas exigências não encontram previsão legal;

CONSIDERANDO, portanto, a necessidade de se adequar a situação representada;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA** nos autos do Inquérito Civil Público n. 06.2008.00001307-3, com fulcro no artigo 5º, § 6º, da Lei 7.347/85, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

Constituem os objetos do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas:

1.1 a adequação do exercício do poder de polícia e vigilância sanitária pelo



Promotoria Regional do Meio Ambiente de Joaçaba

Município às normas federais e estaduais pertinentes¹;

1.2 a adequação do Município às diretrizes das Políticas Nacional e Estadual de Saneamento Básico (Lei Federal n. 11.445/07 e Lei Estadual n. 13.517/06).

CLÁUSULA SEGUNDA

DOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS

2.1 O Município procederá, **no prazo de 9 (nove) meses**, contados da data da assinatura do presente ajuste, a elaboração/adequação e encaminhamento à Câmara de Vereadores, do anteprojeto do Código Sanitário Municipal, incluindo a regulamentação da Vigilância Sanitária Municipal, a estruturação de seu quadro de recursos humanos e o poder de polícia (infrações, penalidades e procedimentos).

2.2 O Município deverá, **no prazo de 9 (nove) meses**, contados da data da assinatura do presente ajuste, regulamentar e proceder, para fins de expedição de "Alvará de Construção", que venha a ser apresentado pelo interessado, para qualquer edificação (nova ou antiga em processo de regularização), para fins de análise e aprovação do respectivo projeto hidrossanitário, a inclusão do sistema de tratamento e disposição final de esgotos da edificação, elaborado principalmente em conformidade com a NBR 7229/1993 e NBR 13969/1997, por profissional habilitado junto ao CREA/SC, e acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica.

2.3 O Município deverá, **no prazo 9 (nove) meses**, contados da data da assinatura do presente ajuste, regulamentar e proceder, para fins de expedição do documento de "Habite-se" do imóvel, que venha a ser solicitado pelo interessado, para qualquer edificação (nova ou antiga em processo de

¹Face o disposto no art. 24, XII, e § 1º da CF/88, com especial atenção às Leis Federais 8.080/90 (normas gerais de defesa e proteção da saúde), 9.782/99 (Sistema Nacional de Vigilância Sanitária), 9.433/97 (Política Nacional dos Recursos Hídricos), 9.445/07 (Política Nacional de Saneamento), Lei 9.605/98 (Lei de Crimes Ambientais), e às Leis Estaduais 6.320/83 (Código Estadual de Saúde), 9.748/94 (Política Estadual de Recursos Hídricos) e 13.517/05 (Política Estadual de Saneamento).



Promotoria Regional do Meio Ambiente de Joaçaba

regularização), a exigência da apresentação dos projetos aprovados previstos no item anterior (cláusula 2.2), e a vistoria e cadastro no respectivo sistema de tratamento e disposição final de esgotos construído em conformidade com o projeto aprovado, ou a respectiva ligação do imóvel na rede pública de coleta de esgotos, se existente.

CLÁUSULA TERCEIRA

DA MULTA E DA EXECUÇÃO

3.1 A inexecução do presente compromisso pelo signatário ou seus sucessores, e quaisquer dos prazos e obrigações fixados, exceto por motivos de força maior ou caso fortuito formal e devidamente justificados ao Ministério Público Estadual, facultará a este, decorridos os prazos previstos, a iniciar a imediata execução do presente Termo, sem prejuízo da responsabilização administrativa e criminal.

3.2 O descumprimento de quaisquer das cláusulas anteriores, exceto por motivos de força maior ou caso fortuito, formal e devidamente justificados ao Ministério Público Estadual, sujeitará os inadimplentes, na medida de sua responsabilidade, ao pagamento de multa diária correspondente a R\$ 300,00 (trezentos reais).

3.3 A multa será recolhida ao Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, mediante a expedição de boleto a ser retirado diretamente na 1ª Promotoria de Justiça de Joaçaba.

3.4 A multa será exigida independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, estando o Município constituído em mora com o simples vencimento do prazo fixado.

3.5 Além do pagamento da multa, o descumprimento ou violação de qualquer dos compromissos assumidos facultará o protesto e a execução do presente termo de compromisso de ajustamento de conduta, que equivale a título executivo extrajudicial, ou então o aforamento de Ação Civil Pública, a critério do Ministério Público.



Promotoria Regional do Meio Ambiente de Joaçaba

CLÁUSULA QUARTA

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1 O Ministério Público compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial cível relacionada ao convencionado no presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta contra o compromissário caso cumpra integralmente o avençado.

4.2 As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

4.3 Os parâmetros pactuados no presente Termo não eximem as partes do cumprimento das exigências judiciais determinadas, ainda que de modo cautelar, em ações civis já propostas e em tramitação, bem como em procedimentos extrajudiciais já instaurados.

4.4 Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

4.5 O presente ajuste entrará em vigor na data de sua assinatura.

4.6 Este acordo tem eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do § 6º do art. 5º da Lei n. 7.347/85 e do art. 784, inciso XII, do Código de Processo Civil (Lei n. 13.105/2015).

4.7 O presente título executivo comportará o protesto, nos termos legais regulamentares e para surtir todos os efeitos que são lhe são próprios, com base na autorização do artigo 22 do Ato n.335/2014/PGJ.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, em 3 (três) vias de igual teor.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MINISTÉRIO PÚBLICO



Promotoria Regional do Meio Ambiente de Joaçaba

Comunique-se, por meio eletrônico, o Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente.

Joaçaba, 4 de abril de 2018.

(Assinado digitalmente)

Márcia Denise Kandler Bittencourt
Promotora de Justiça

Município de Pinheiro Preto
Compromissário
Pedro Rabuske
Prefeito Municipal

Dr. Artemio A. Miola
OAB/SC n. 9652
Assessor Jurídico do Município de Pinheiro Preto